

FLORESTA, ENERGIA E MEIO AMBIENTE

Senhor MARCOS KOWARICK — Duas mesas-redondas vão tratar exatamente de florestas, energia e meio ambiente. Quer dizer, nós privilegiamos essa questão, por ser uma questão nova no Maranhão — já que o Maranhão ainda não tem uma escola de engenharia florestal — o cultivo de floresta inexistente, é uma novidade. Como as mesas-redondas se complementam, vão estar todos aqui; amanhã pela manhã; iniciaremos a segunda mesa-redonda, culminando num grande debate final. Os integrantes das duas mesas poderão responder às diversas perguntas, se assim o quiserem, porque, na verdade, são dez debatedores para esse tema, que é de abrangência vasta.

USO E ALTERNATIVAS PARA A FLORESTA DA AMAZÔNIA

Dr. PHILIP FEARNSIDE (INPA) — Existe, e todos sabemos, uma grande corrida para descobrir quais seriam as alternativas para o uso da floresta, sem ser o desmatamento e plantio com alguma coisa. O raciocínio para esse esforço, para desenvolver as alternativas e, principalmente, os grandes impactos do outro lado, de não manter a floresta, cortando-a, substituindo-a por pastagens, ou qualquer outra coisa, implica em grandes impactos ambientais. Isso, então, leva à justificativa de investir na parte de alternativas para o uso da floresta; só que há muitas polêmicas, diferentes posições sobre qual seria o melhor uso e qual a melhor estratégia para combater os vários problemas ambientais que formam a base desse argumento.

Em primeiro lugar, é muito importante entender que o desmatamento da Amazônia é ainda muito rápido, apesar de toda propaganda oficial sobre a forma como caiu a taxa do desmatamento. Esse desmatamento é hoje a metade do que era na década passada. Existem dados de satélites de que, em 1991, esse

desmatamento era da ordem de 1,1 milhão de hectares por ano. Isso é equivalente a 3.000 hectares por dia, ao longo dos 365 dias do ano, ou uns 2 hectares por minuto, dia e noite sendo desmatados, mesmo nessa taxa reduzida.

A grande maioria dessa área vai para as pastagens, imediatamente ou depois, com o plantio de outras culturas. É uma coisa que traz pouquíssimos benefícios sociais, mas um potencial bastante grande para causar impactos ambientais. Esse potencial se mede, principalmente, pelo tamanho da Amazônia. O fato é que ainda restam cerca de 90% de floresta em pé, muito diferente do resto do mundo, muito diferente da situação da América Central e da África, fazendo com que o potencial, em termos de mudanças seja muito maior aqui.

Tem sido acentuado que o desmatamento não está ocorrendo em consequência de políticas oficiais, dando maior ênfase a esses aspectos do que aos referentes aos números de quanto teria sido desmatado e aos responsáveis por esse desmatamento. A posição oficial é a de frisar que o governo tirou incentivos de um modo geral, suspendendo os concedidos às grandes fazendas. Portanto, todo esse desmatamento, que se vê por aí, estaria ocorrendo por culpa dos pequenos agricultores, que estão desmatando para poderem se alimentar etc...

Só que isso não bate com os números. Se olharmos os dados do desmatamento nos nove estados da Amazônia Legal, consegue-se explicar 74% da diferença entre as taxas de desmatamentos nos estados, sabendo quanto tem de grandes propriedades, *versus* propriedades médias e pequenas. Tanto em 1990, como em 1991, 30% do desmatamento total era feito por pequenos proprietários, que no Brasil é definido como de 100 hectares. E, portanto, 70% dessas polêmicas todas sobre incentivos ficariam por conta dos médios e grandes fazendeiros.

O Maranhão tem uma posição especial nesse quadro, porque é o estado mais desmatado de toda a Amazônia Legal, em termos de desmatamento acontecido, em relação à área da floresta original. Até 91, 65% das florestas do Maranhão já tinham sido desmatadas. Isso só floresta, sem contar os cortes de cerrado e outros tipos de vegetação. Então, essas declarações, muito comuns do nosso governador do Amazonas, de que, por exemplo, a Amazônia só foi desmatada, em 1,6% e não em 65%. Ele diz 1,24, mas não inclui Balbina e outras coisas.

Mas, de qualquer forma, quase tudo de floresta extrapola, dizendo portanto, que a Amazônia está intacta. Só que grande parte da população confunde a Amazônia com o Amazonas o que realmente, é muito diferente.

O Maranhão é o extremo, o campeão de desmatamento já acontecido, e também o lugar que tem menos áreas do tipo floresta, dentro de uma área de conservação ambiental, de uma área de proteção. Existe uma relação então entre os estados e o que está acontecendo com o desmatamento. No caso do Maranhão, é o lugar onde tem mais desmatamento já ocorrido.

O Amazonas, de longe o maior estado da região, é o lugar que tem mais

potencial futuro para desmatamento. Os lugares onde estão acontecendo mais desmatamentos hoje, são: Mato Grosso, também é dominado por grandes fazendas. Segundo o censo agropecuário de 1985, 84% de todas as terras particulares em Mato Grosso estão nas mãos de fazendeiros com mais de 1.000 hectares de terras. Ora, há colonos com menos de 100 hectares. Então, obviamente, os lugares onde há maiores áreas de desmatamentos são aqueles em que predominam as grandes fazendas. Para contornar isso, as estratégias têm que ser diferentes, nas diferentes partes da região.

O caminho para manter as florestas do Maranhão tem que ser muito diferente do que terá que ser seguido no Amazonas, onde é muito mais barato proteger as florestas, mantendo as já existentes. Então, existe uma troca de argumentos em diferentes lugares, que é muito importante seja entendida.

Outra coisa importante neste debate, é o fato de que a alternativa de manter as áreas já desmatadas, à custa de altos insumos, é inviável, na escala já atingida. Com 10,5% da floresta desmatada — 426 mil km² —, não há dinheiro suficiente para implantar ~~água e~~ silviculturas, plantações e alguma coisa que poderia ser sustentada com adubos... Áreas pequenas não resolvem problemas das maiores.

Também não existe mercado que possa absorver a produção dessas áreas. Plantando cacau, ou qualquer outra coisa, mesmo em pequena parte da região, vai fazer com que o preço caia. Então, por causa desses limites, não se tem condição de resolver problemas ambientais. Há, também, a limitação de nutrientes, pois não existem adubos na Amazônia, e nem no Brasil, suficientes para manter as áreas desmatadas, muito menos desmatando os outros 90% da região.

Chega-se, assim, à conclusão de que não se pode depender de uma agricultura em grande escala, que exija muitos insumos. Surgem, então três perguntas: o que fazer com o restante da população humana da região, que não pode ser sustentada nessas áreas? O que fazer com o restante da área degradada, que não dá para incluir em programas intensivos? Finalmente, o que fazer com o restante da floresta? Esta última questão reforça os propósitos para o manejo florestal, porque sempre nesse terceiro item, volta algum tipo de manejo, o de tirar madeira, produtos extrativistas, enfim, tirar alguma coisa da floresta.

Então, pela lógica, seria interessante incentivar essas atividades, como se faz, dando isenção de imposto para serrarias, tendo plano de manejo florestal etc... A lógica de todos os órgãos que mexem com isso, a nível internacional e nacional, é a seguinte: aumentando o lucro de exploração de madeira, vai aumentar, também, o interesse dos governos em manter esse fluxo de dinheiro, através dos impostos que a madeira gera.

Os governos devem, pois, exigir um manejo sustentado, limitando a intensidade da exploração madeireira, para que seja sustentada. Outra linha, é

de que as próprias madeiras, por interesse próprio, vão se limitar a um esquema sustentável. Porém, o que se observa é totalmente diferente, não só aqui, mas em todas as partes do mundo: com maiores lucros da exploração madeireira aumenta o preço da madeira, aumentando os incentivos, há mais destruição, justamente porque a floresta vale mais.

Então, a realidade vai contra a lógica oficial. O contraste entre a Ásia e a Amazônia demonstra isso. Segundo os últimos dados das Nações Unidas, a América Latina inteira, inclusive a Amazônia, só fornecem 2% da madeira-dele comercializada no mundo; quer dizer, 57% vêm da Ásia, razão por que a floresta, lá, vale mais por razões biológicas; só que essas florestas estão sendo destruídas e, em poucos anos, vão acabar; infelizmente, o Brasil está muito pouco estruturado para receber essa pressão. Os planos de manejo, servem, em grande parte apenas como cortina de fumaça para a destruição da floresta, o que acontece por causa da lógica econômica, que leva ao aumento da pressão da exploração, além de qualquer possibilidade das árvores crescerem, para se recomponem.

Porque as árvores crescem, num determinado ritmo biológico, só há fotossíntese em um ritmo determinado. Esta é uma coisa que tem de ser enfrentada, antes de se enfrentarem os grandes programas de manejo florestal. O que realmente justifica a decisão sobre a maneira de colher o valor da floresta, é o papel que a floresta está desempenhando nos grandes problemas ambientais, que levam à necessidade de outras maneiras de colher dinheiro da floresta, que não seja pela venda de mercadorias, como madeira. É o papel do efeito estufa no aumento do calor do planeta, por causa do gás carbônico e de outros gases que são liberados pelo desmatamento. Há, também, o ciclo da água com que a floresta está abastecendo a chuva que cai em todo Brasil, inclusive no centro-sul do País, onde está a maior parte da agricultura do País.

Finalmente, há a questão da biodiversidade, que é uma coisa sobre a qual existem muitos debates, mas o suficiente é saber que existe um contingente de países e pessoas dispostos a pagar por isso, pois representam um valor que o Brasil precisa captar e transformar em uma forma de sustentar a população nessas áreas de florestas.

O que falta para conseguir isso, são três coisas, uma, é saber quais são os valores desses serviços que a floresta está desempenhando; a pesquisa sobre a parte climatológica, biológica etc. A outra é sobre a parte social: quais são as reais ligações entre as mudanças políticas e o que acontece, em termos de desmatamento e seus impactos. Esse é o centro do grande debate entre frear o desmatamento, *versus* plantar eucaliptos e outras opções — no qual o Maranhão é o centro do debate —, como estratégia de combate ao efeito estufa. Foi anunciado aqui no Maranhão, em 1990, pelo então presidente Collor e o seu secretário do Meio

Ambiente, Lutzenberger, que seria implantado um milhão de hectares na área da Vale do Rio Doce, na E.F. Carajás, como justificativa de combate ao efeito estufa. A justificativa oficial era essa. Então, é muito importante poder analisar o benefício disso contra o desmatamento. Existem muitos indícios de que o pré-desmatamento traz muito mais vantagem, nessa e em outras questões ambientais, do que certas plantações.

A outra é a falta de instituições. Falta uma instituição, a nível internacional, para colher dinheiro, na base dos serviços ambientais da floresta e distribuir o que fosse recolhido. Exemplificando: a Alemanha faria um cheque de bilhões de dólares para o Brasil, pelo pagamento dos serviços ambientais da floresta amazônica. Qual seria a proposta brasileira de distribuir esse dinheiro para manter a população na Amazônia? Seria distribuir pela LBA, por exemplo, para os pobres da região? A proposta já tem uma forma convincente para converter esse valor que a floresta desempenha e ninguém está pagando, de maneira a sustentar a população. Essa é a proposta a ser formulada pela da sociedade civil aqui presente .

QUADRO ATUAL DAS FLORESTAS DO MARANHÃO

Senhor DONIZETE AURÉLIO DO CARMO (Ibama) — Hoje, o nosso estado possui, em termos de ecossistema, praticamente todas as formas representativas do Brasil. Aqui se encontra, seguramente, a maior área de mangues do País, e também a floresta amazônica, cerrados, cocais, enfim, é um estado extremamente rico, em termos de biodiversidade. Nós vamos enfocar essa parte na nossa intervenção, apresentando o quadro atual de florestas, em termos de entropia, e fazer uma pequena colocação de manejo florestal, apesar de não estar previsto se falar sobre isso; mas é uma coisa que o Ibama está controlando de perto, até mesmo para subsidiar a palestra do nosso colega da Sematur. Essa exposição vai ficar um pouco prejudicada, porque ela é feita, praticamente, toda baseada em transparências.

Relativamente às áreas ocupadas por tipos de vegetação, o Estado do Maranhão apresenta, em termos de floresta úmida, cerca de 99.907 km²; cerrado e o cerradão, 187.788 km²; campo aluvial, 25.683km², enquanto que a área litorânea, representada por dunas, restingas, praias etc., representa cerca de 15.260km².

Compondo ainda o quadro de florestas, de vegetação do estado, vamos

entender um pouco da área reflorestada, florestas artificiais. Vamos, ainda, focar as florestas formadas através dos incentivos fiscais. Por essência, em eucalipto, temos implantados no estado projetos que somam o total de 16.663,17 hectares; bambu, cerca de 6.222 hectares; caju, cerca de 39.175 hectares; por sua vez, o coco representa 3.141 hectares, perfazendo um total de áreas plantadas artificialmente, através de recursos de incentivos fiscais, de 65.272 hectares.

Relativamente aos recursos, temos também cerca de 5.000 hectares de borracha, que foram financiados pelo Probor. Com recursos próprios, temos o plantio de bambu, cerca de 8.641 hectares e de eucalipto, cerca de 3.637 hectares. Esse dado de eucalipto nós não computamos aqui; a área experimental da Cia. Vale do Rio Doce tem cerca de 400 hectares, que estão sendo implantados, agora, a título experimental.

Sobre as ações antrópicas, fizemos uma comparação entre a área terrestre absoluta e relativa do Brasil, Nordeste e Maranhão, de acordo com os dados do Ibama, IBGE e Sudene. Os dados anteriores foram obtidos na própria Superintendência do Ibama, no Maranhão. O Brasil apresenta uma área absoluta de 8.511.996km². A área antrópica, de acordo com a atualização do Centro de Sensoriamento Remoto, do Ibama, de 1991, representa cerca de 2.861.000km², que, em termos do total, correspondem a 33,6%. O Nordeste teria uma área de 1.556.000km², representando cerca de 18,28% da área total do país, com uma área antrópica, atualizada em 1991, de 820.707km², correspondente a 52,7% do total da área do Nordeste. O Maranhão, como área terrestre, a gente está considerando 329.555,8km², porque se considerássemos a área sobre a cobertura vegetal potencial, que é aquela que existia no tempo do descobrimento, essa área cairia um pouco, seria de cerca de 324.616km², em cima da vegetação potencial.

Mas, em porcentagem da área do estado, representa cerca de 3,87% de área do País. A área antrópica é de 136.460km², representando cerca de 41,4% do estado. Ela está acima da média nacional, mas, seguramente, é uma das áreas mais alteradas pelo homem na região amazônica e no País, como um todo. Esse dado do Maranhão é relativo ao biênio 88/89, e esperamos não tenha aumentado muito, de lá para cá, porque já é um número bastante grande.

Em termos de áreas de florestas e áreas de desmatamento, sem tentar polemizar com os dados do INPA, vamos apresentar um dado do Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama, baseado em imagens de satélites, simplesmente a título de informação. Fizemos a comparação entre a área terrestre da Amazônia Legal e a área do Maranhão. Quanto à área do Maranhão, consideramos simplesmente a área terrestre, sem computar, obviamente, cursos d'água e demais tipos de áreas, como as restingas, por exemplo, onde não há mais vegetação.

Na Amazônia Legal temos uma área de cerca de 5.010.432km². A área

DEBATES

Dr. PETER MAY — Eu acho que é interessante que se tenham ouvido nesta mesa, pela manhã e ontem também, diferentes valores com respeito às áreas desmatadas no Maranhão. Esse é um assunto certamente polêmico, que depende, é óbvio, da interpretação do que significa floresta, do que significa desmatamento, ou de floresta, no caso, ainda em pé. Eu gostaria que os dois palestrantes, que são especialistas no assunto, pudessem esclarecer um pouco mais por que tem tanto conflito nas cifras. Temos, de um lado, 65% e, de outro, referente ao mesmo ano, creio que em 1991, 41%.

Dr. PHILIP FEARNSIDE — Realmente, o Maranhão é o lugar onde tem mais confusão sobre os números de desmatamentos. É a razão de várias divergências que já aconteceram nos debates. O problema é que o Maranhão tem a maior área de antigas capoeiras, quer dizer, florestas que foram desmatadas no final do século passado, ou no início deste século, que hoje são florestas secundárias, de porte razoavelmente grande, e difíceis de distinguir da floresta original, dependendo do tipo de imagem de satélite de que se dispõe. Existem, também, várias alternativas que usam diferentes critérios, se o desmatamento é só corte da floresta original, ou inclui também o redesmatamento destas capoeiras, nos números.

Há, também, o problema de que no Maranhão existem muitos desmatamentos pequenos, nas áreas de pequenos colonos. Isso traz dificuldades de reconhecimento e também uma linha muito irregular entre o que era floresta e o cerrado.

Então, por essas razões, existem muitos números, mas o principal problema é a qualidade da imagem de satélite. Os números originais, referentes a dados de 1980, procediam de imagens de satélites na escala de 1 / 500.000, quer dizer, cada imagem cobria 185 km, com as imagens em preto e branco. Nessas condições, é muito difícil distinguir áreas em capoeiras, de áreas em florestas. Depois, o INPA fez uma interpretação com imagens de 1 / 250.000 em colaboração com o Ibama, também em preto e branco. No ano passado, foi feita uma outra interpretação, com novas imagens coloridas, com três diferentes bases de satélites, que deu para distinguir bem melhor a floresta original da floresta secundária. Nesse meio tempo, os números mudaram bastante.

Existem outras razões também, mas o INPA anunciou a taxa de desmatamento num congresso em Manaus. Foi o Goldemberg, então Secretário de Ciência e Tecnologia, que noticiou que era de 33 mil km² por ano, a taxa de desmatamento

na Amazônia Legal, em 1989. Hoje, o menor número para aquele ano, é 19 mil km². Então, como é que diminuíram esses quilômetros quadrados todos? Em primeiro lugar, foi a confusão no Amazonas, que eu aponte aqui. Eles confundiram, nas duas imagens, hectares com quilômetros quadrados, o que dava um fator de diferença; com isso, diminuiu para 26 mil e daí para 19 mil, por várias razões. Uma, que Tucuruí estava incluído nos dados de 89 e não nos de 88. 2.400 km² apareceram num ano só. Então, tirando aquilo, dá 22 mil.

A queda de 22 para 19 foi, principalmente, no Maranhão, nas imagens de 88, em preto e branco, que era menor do que foi considerado como floresta original, nas imagens de 89. Então, nova reinterpretação diminui o restante. Isso já levou a muitas confusões, inclusive outras que ainda estão em debate, sobre quanto está esse desmatamento nas novas estimativas da NASA, nos Estados Unidos, que deu uma taxa menor; mas a confusão principal é em relação a essas florestas antigas, no Maranhão: são 58 mil km², aproximadamente, de antigas capoeiras.

Dr. DONIZETE AURÉLIO DO CARMO — Acho que o Philip tirou, praticamente, todas as dúvidas sobre o problema de interpretação. O Ibama tem um Centro de Sensoriamento Remoto, com técnicos qualificados para fazer esse trabalho e os dados são repassados para a Superintendência. Obviamente, como ele citou no início, isso gerou polêmica, mas o nosso objetivo não era esse, mas o de buscar soluções em cima desse quadro apresentado.

Além de tudo o que ele falou, eu poderia complementar quanto à qualidade das imagens de satélites, devido à presença de muitas nuvens, quando da passagem do satélite. Muitas vezes, essas imagens se apresentam com qualidade inferior, o que leva a um problema de interpretação. E por ser o Ibama o órgão responsável pela política nacional do meio ambiente, o ministério pela elaboração e normalização e o Ibama pela execução, nós consideramos os dados do Ibama como oficiais.

Outra coisa ainda poderia gerar um certo problema de interpretação, como se falou no início. O Maranhão é um estado extremamente rico em ecossistemas, em formas diferenciadas de vegetação. Há floresta densa, floresta aberta, cerrado, cerradão, campos inundáveis, mangue, cerrado com caatinga, floresta aberta com babaçu, floresta aberta e babaçu com cerrado, além de dunas e restingas. Então, a coisa é muito misturada, e a definição dos limites, até onde vai a floresta, é difícil, por causa dessas zonas de transição; isso, somado ao problema de que, infelizmente, há muito sombreamento, quando os satélites passam pelo Maranhão, conduz a uma imagem prejudicada e, obviamente, leva a problemas de distorções.

Finalizando a apresentação, gostaria só de explicar que, como o tema são as reservas extrativistas, não podemos deixar de lembrar que as reservas extrativistas hoje, aqui no Maranhão, são quatro áreas, extensões bastante limitadas, mas que têm situações correlatas às áreas de assentamento.

O que se busca hoje, são melhorias para as populações que vivem nessas áreas, sejam elas de reservas extrativistas, sejam de assentamento. Nesse sentido, é necessário que se sensibilizem as autoridades, os órgãos públicos, o INCRA, o Ibama, para que dêem tratamentos diferenciados para os projetos de assentamento e para as áreas de reservas extrativistas no Maranhão; precisamos de um tratamento que reconheça a importância da atividade extrativista, sem, porém, esquecer a atividade agrícola, que ainda é fundamental.

Não se pode praticar o mesmo modelo, a mesma metodologia de assentamento que se usa no Paraná. Terminamos com esse apelo para que, aqui no Estado do Maranhão, isso seja discutido no INCRA, no Ibama, no governo, na Secretaria de Planejamento, para que se possa, em breve tempo, apresentar alternativas concretas à população.

DEBATES

Senhor PHILIP FEARNSIDE - A minha intervenção é sobre o assunto tratado pelo Dr. Mauro, da Vale do Rio Doce, referente ao plantio do eucalipto, na área da E. F. Carajás. Como eu falei, esse programa foi anunciado com o objetivo de combate ao efeito estufa. Por exemplo, o combate ao desmatamento, o oferecimento de alternativa para a população do Maranhão, que emigra para outras áreas de desmate etc.

Naturalmente, a avaliação dessas diferentes possibilidades é muito importante, porque a principal proposta brasileira, em termos internacionais hoje, com relação ao efeito estufa, é justamente o plantio de eucaliptos. Existe o plano do Projeto Floram, para o plantio de 20 milhões de hectares de plantações de silviculturas - o grosso fora da Amazônia -, mas a primeira coisa para efetivamente ser iniciada é justamente um milhão de hectares, aqui no Maranhão.

É uma coisa importante, porque está só no início. O Banco Mundial tem trinta milhões de dólares por ano, para gastar no combate ao efeito estufa. A Vale do Rio Doce está preparando proposta para conseguir uma fatia maior desse bolo. A questão, então, seria qual é a avaliação, em comparação com as outras possibilidades de uso desse dinheiro verde.

Vamos dizer, com o raciocínio ambiental, que seja o subsídio ao plantio de eucaliptos, por grandes empresas etc... Existe um problema que afeta não apenas

a proposta de plantar eucaliptos, mas também as outras propostas de alternativas de uso da floresta, de que eu tratarei na minha palestra: a tendência de ter o dinheiro, com as decisões vindas de cima para baixo, seja em grandes empresas plantando eucaliptos, seja em distribuição de dinheiro para o governo, passado de um país para outro, para negociação de projetos ambientais. Então, esse é o aspecto de uma proposta alternativa, vinda das bases.

Senhor MAURO FERÓDIO DE ARAÚJO - O Dr. Philip está-se referindo a um programa lançado pela empresa, chamado de pólos florestais. Hoje, reavaliando esse programa, eu não acredito: não há nem mercado, nem condições para se plantar um milhão de hectares de eucaliptos no Maranhão, pois não há área para isso, praticamente. Para você ter idéia, essa fábrica de celulose, que se está instalando em Imperatriz, está pegando um mercado muito ruim para a celulose.

A celulose está num preço muito baixo no mercado internacional e não acredito que se chegue a essa área, mas a muito menos que esse valor. Agora, esse, realmente, foi um dos pontos colocados pela empresa na diminuição do efeito estufa, que é uma coisa que, inclusive, foi aprovada pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, que formulou o Programa Floram. Portanto, a informação que tenho a dar: é essa. Eu acredito que se chegue a um milhão de hectares; se se chegar a duzentos mil hectares de plantio efetivo, é muito. Talvez não se chegue nem a isso.

Senhor PETER MAY - Quero obter do Mauro informações fundamentais sobre a Vale, eu também. As informações que temos sobre o Projeto Celmar é que está sendo proposta uma área de 80 mil hectares de eucaliptos, mais áreas de proteção, mas que essas áreas de eucaliptos seriam localizadas em áreas do cerrado. Eu pergunto: por que escolheram áreas de cerrado para o plantio, e não áreas já degradadas, dentro da região já desmatada?

Senhor MAURO FERÓDIO DE ARAÚJO - Pelo que sei, existem duas áreas de interesse da Celmar: uma área degradada de floresta, na região de Imperatriz/Açailândia, e outra em área de cerrado. A empresa analisou dois pontos: um, na área de cerrado, a implantação de um projeto é muito barata.

A terra é mais barata e a plantação nessa área é muito mais barata do que numa área de floresta degradada. E tem ainda outra vantagem: a legislação determina que, na Amazônia Legal, a área de preservação é de 50%, enquanto que em área de cerrado - existe uma controvérsia da lei - se fala que se podem deixar só 20%. Na época do governo Sarney, saiu uma lei, aqui para o Maranhão, excluindo o cerrado dos 50%, ficando só em 20%.

Mas tem outro problema para a Celmar: numa área de cerrado a produtividade vai ser muito menor, e a empresa vai ter de comprar uma área maior. A última informação que eu tenho é que realmente o interesse seria maior pela área de floresta degradada.

Esse posicionamento, inclusive, faz parte da estratégia da empresa, porque ela não está comprando terra numa área só; mas em três áreas diferentes, fazendo um triângulo, em relação à localização da fábrica; se ela começa a comprar numa área só, o preço da terra sobe, e isso criaria vários problemas. Em consequência, o primeiro plantio foi feito numa área de cerrado, mas este ano está se plantando numa área de floresta degradada e numa área de babaçual, liberada pela Sematur. Seriam uns 500 hectares numa área de babaçual e 100 hectares de uma área de floresta.

Senhor MAURO FERÓDIO DE ARAÚJO — Eu teria uma pergunta a fazer ao Dr. Philip. Por que, na opinião dele, essa questão surge hoje, se antes não havia um plano de manejo e as pessoas exploravam a floresta de maneira ilegal? Hoje existe o plano de manejo e, todo mundo que atua na área sabe que é uma forma de legalizar a madeira, que esse plano de manejo não está sendo cumprido como deveria.

Na opinião dele, por que está acontecendo isso? O que seria necessário? Porque eu acho que foi um avanço ter-se partido para o plano de manejo, mas o que a gente observa é que se fazem planos de manejo, mas o madeireiro continua fazendo o que sempre fez na região. Eu gostaria de ouvir o comentário dele sobre isso.

Senhor PHILIP FEARNSIDE — Eu concordo que o plano de manejo está sendo muito mal aplicado agora, e realmente não existe esse grande número de pesquisas, para saber qual deve ser o plano de manejo, mas, por outro lado, é importante lembrar que os madeireiros estão fazendo muita pressão para acabar mesmo com isso, para não terem nenhum impedimento, mesmo que seja muito fraco. Então, é um dilema você ter um sistema falho, ou não ter nada.

Eu acho que o centro do problema é o que eu falei, sobre o que se vai tirar da floresta: se a madeira, ou uma maneira de justificar um outro uso alternativo da floresta, que seria a justificativa de fluxo de dinheiro, com base no serviço ambiental da floresta, de reciclagem de água, de estoque de carbono, biodiversidade, ou algo parecido. Esse é o problema que se tem de enfrentar, e isso está sendo colocado de lado, aumentando todo esforço sobre como manejar para a madeira, e não para a direção certa.

Senhor ROBERTO PORRO — Minha pergunta é para o Dr. Donizete

Araújo. Eu gostaria de, aproveitando também a presença do Dr. Domingos Martins, superintendente do INCRA no Maranhão, colocando essa questão dos projetos de assentamento em áreas de babaçuais, se haveria algum interesse real do Ibama, aqui no estado, de tomar a frente e convidar o INCRA para tratar do problema de adoção de uma política diferenciada para as áreas de assentamento no Maranhão, onde ocorram babaçuais.

Senhor DONIZETE ARAÚJO — Eu confesso que, na realidade, não tinha pensado nisso; mesmo porque seria um assunto mais afeto ao próprio INCRA. O que nós temos feito é trabalhar de forma exaustiva, para que as reservas extrativistas criadas realmente, chegassem ao objetivo principal de sua implantação. Nesse passo, já estamos trabalhando com o INCRA, fazendo todo o levantamento, e posso adiantar que Quilombo do Frechal já está fechada e as outras duas, Ciriaco e Mata Grande, no Estado do Maranhão, no Alto Tocantins, já estão em fase final de levantamento.

Nesse ponto, a Superintendência do Estado sai do circuito, e isso vai ficar a nível de CNPT, em Brasília. O que nós incentivamos é que, principalmente nas áreas de reservas extrativistas, não se delimite simplesmente essa área, mas que haja um plano de utilização, e principalmente, de adoção de novas ações ecológicas, para que o rendimento desse extrativismo seja um rendimento maior do que aquele que se tem no estado.

Senhor MARCOS KOWARICK — Vamos às perguntas, sobre os problemas na área de babaçu. Pergunta do Rogério, da Escola Técnica do Maranhão: as quebradeiras de coco ainda utilizam o método antigo de se extrair amêndoa do coco babaçu, ou existe outro método, em que se obtenham mais amêndoas de babaçu, do que o método do machado?

A outra pergunta é feita pelo Dr. Paulo Alvim para Peter May, ou Roberto: qual a produtividade do babaçu, em termos de quilo de óleo por hectare/ano? E qual a mão-de-obra necessária para se alcançar essa produtividade?

Esta outra pergunta é feita pelo Manoel Braga: existe algum projeto de aproveitamento da borra, ou seja, o resíduo da produção do óleo babaçu? Mais uma pergunta sobre o babaçu: qual a posição do governo do Maranhão e do Brasil, para preservar os interesses da distribuição do óleo babaçu, no mercado interno, levando-se em conta que hoje estamos importando óleo mais barato de países asiáticos e matéria-prima de outros produtos, por preços mais baixos?

Esta é questão polêmica do óleo importado da Malásia, implicando o problema da reserva de mercado, no Brasil. Além da indústria de sabões, há interesse, por outras indústrias, em produtos como farinha vitaminada e o uso do endocarpo do babaçu para a siderurgia? É do professor Benedito Costa, da Universidade Federal do Maranhão.